



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

ESPAÇOS POLÍTICOS E A PANDEMIA DO CORONAVIRUS: DESAFIOS ÀS PREFEITURAS COMUNITÁRIAS EM BRASÍLIA (DF)

POLITICAL SPACES AND THE CORONAVIRUS PANDEMIC: CHALLENGES TO COMMUNITY GOVERNMENTS IN BRASÍLIA (DF)

(Recebido em 03-10-2022; Aceito em: 21-07-2025)

Dian Barreto da Cruz

Graduando em Geografia pela UNB – Brasília, Brasil
Chefe de Divisão no Ministério da Pesca e Aquicultura – Brasília, Brasil

dian.barreto@hotmail.com

Daniel Abreu de Azevedo

Doutor em Geografia Humana pela UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil
Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em geografia da UnB – Brasília, Brasil
Daniel.azevedo@unb.br

Resumo

Diante do contexto pandêmico de coronavírus, medidas legítimas de isolamento social foram tomadas pelos governos das diferentes escalas políticas do país como ação de segurança sanitária para conter o contágio pelo vírus. O objetivo central deste trabalho é compreender de que modo a atuação das Prefeituras Comunitárias de Brasília (DF) foi afetada quando o encontro presencial foi impedido, suspendendo um dos aspectos constituintes do espaço político: sua materialidade. Para tanto, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico sobre a relação entre democracia e associativismo, bem como da originalidade das prefeituras comunitárias de Brasília, presentes já na concepção da nova capital. Em segundo momento, foram fundamentais buscas e tabulação na página da Receita Federal, junto com trabalhos de campo, devido ao completo apagamento de informações públicas sobre as prefeituras. Após este levantamento, foram escolhidas como um estudo de caso algumas prefeituras para a realização de observações participantes e entrevistas. A pesquisa demonstra como a pandemia impactou diretamente o seu funcionamento, porém produzindo não somente efeitos negativos, mas positivos, como um aumento na atividade do associativismo durante este período se comparado aos três anos precedentes à pandemia.

Palavras-chave: Espaço Político; Pandemia; Associativismo; Prefeitura Comunitária; Brasília.

Abstract

In the face of the coronavirus pandemic context, legitimate social isolation measures were taken by governments at different political levels in the country as a health security measure to contain the contagion of the virus. The main objective of this work is to understand how the performance of the Neighborhood associations of Brasília (DF) was affected when the face-to-face meeting was prevented, suspending one of the constituent aspects of the political space, its materiality. In order to do so, it carry out a bibliographic survey on the relationship between democracy and

associativism, as well as the originality of the community city halls of Brasília, already present in the design of the new capital. Secondly, searches and tabulation on the website of the Federal Revenue were essential, along with fieldwork, due to the complete erasure of public information about our object. After this survey, some were chosen as a case study to carry out participant observations and interviews. The research demonstrates how the pandemic directly impacted its functioning, but producing not only negative but also positive effects, such as an increase in associativism activity during this period compared to the three years preceding the pandemic.

Key Words: Political Space; Pandemic; Associativism; Community City Hall; Brasília.

Introdução

A pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus, impactou em escala global diversos setores da sociedade, não apenas em termos biomédicos e epidemiológicos, mas, em âmbitos sociais, políticos, econômicos e culturais. As ações de isolamento e quarentena para a contenção da mobilidade social, utilizadas em alguns momentos como forma de conter o contágio pelo vírus da doença, suspenderam o encontro presencial em determinados espaços políticos, modificando, assim, as mais distintas relações políticas.

Esse processo afetou diferentes escalas da política, até mesmo as associações comunitárias. Estas associações são organizadas e institucionalizadas a fim de representar os interesses específicos da sociedade civil junto ao poder público. Os efeitos de colaboração e solidariedade gerados pela existência destes espaços é fundamental para a construção e o fortalecimento da democracia, pois proporcionam uma maior participação social nas tomadas de decisão e representação em diferentes escalas de regimes democráticos (Putnam, 2002; Baquero, 2003; Tocqueville, 2005 [1895]).

Partindo do pressuposto de que a materialidade (espaço físico) é um elemento essencial para ação e construção política (Arendt, 2006; Azevedo E Brule, 2021; Castro, 2003), o objetivo central deste trabalho é analisar os desafios enfrentados pelas prefeituras comunitárias do Plano Piloto-DF durante a pandemia de Covid-19. Buscou-se, portanto, utilizar esse momento como oportunidade para avaliar o impacto causado pela ausência dessas instituições – aqui entendidas como espaços políticos limitados – em formato presencial, revelando a importância do espaço geográfico no cotidiano democrático.

Para tanto, o presente artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Foi necessário, em primeiro momento, discutir a concepção utópica pensada para a nova capital (Brasília) e o papel desempenhado pelas prefeituras comunitárias na busca pela construção de uma cidade democrática. Em seguida, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre dois temas mais gerais: associativismo e democracia, relacionando-os à literatura recente da geografia política sobre espaços políticos. Por último, como consequência de um total apagão de dados públicos sobre essas prefeituras comunitárias, foi fundamental realizar uma intensa

coleta de dados e trabalhos de campo para identificação e mapeamento desses espaços políticos em Brasília (DF). Entrevistas com representantes de quatro superquadras foram realizadas a partir de sua relevância para este estudo. Além disso, acompanhamos suas assembleias virtuais e divulgações oficiais, com o objetivo de entender seu funcionamento na prática. Com essa metodologia, foi possível identificar os impactos da suspensão da materialidade do espaço político para esse associativismo em Brasília.

Essa pesquisa se insere no esforço do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem)¹ em avaliar os impactos da pandemia no funcionamento dos mais variados tipos de espaços políticos. Em um esforço conjunto a produtos já publicados (Azevedo, 2023; Rocha; Azevedo, 2022; Silva *et al.*, 2022; Rodrigues; Azevedo, 2020), é possível refletir sobre diferenças e similaridades nas consequências do isolamento social no funcionamento das instituições políticas. No que se refere ao associativismo e seu principal espaço político limitado em Brasília, essa pesquisa concluiu que a pandemia afetou diretamente o seu funcionamento, porém produzindo não somente efeitos negativos, mas também positivos. A partir dos dados coletados, percebemos que houve um aumento na atividade do associativismo durante este período se comparado aos três anos precedentes à pandemia.

Este estudo se insere no escopo da Geografia por partir de uma abordagem que considera o espaço como elemento constituinte da política. Ao investigar as prefeituras comunitárias do Plano Piloto de Brasília como "espaços políticos limitados", a pesquisa revela como a materialidade espacial (como a existência ou não de sede física, a configuração das superquadras e as formas de encontro entre os moradores) condiciona práticas de participação democrática, mobilização social e representação. Trata-se, portanto, de uma análise que vai além das instituições formais da política e busca compreender como o território organiza e é organizado pelas práticas sociais e políticas cotidianas.

A utopia de Brasília e o papel das prefeituras de quadra

O Distrito Federal do Brasil, onde está localizada a Região Administrativa do Plano Piloto, é uma das 27 unidades federativas do Brasil. A capital é hoje formada por 33 regiões administrativas oficialmente constituídas, “tendo em vista à descentralização administrativa do Distrito Federal, à utilização racional de seus recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida da sua população” (LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, Cap. II, Art. 10). Importante frisar que essas regiões administrativas não possuem autonomia

¹ O nome do grupo de pesquisa foi subtraído com o objetivo de não prejudicar a avaliação cega por pares.

política, ou seja, não funcionam como municípios, mas são apenas divisões administrativas para melhor gestão do território.

A Região Administrativa do Plano Piloto abriga em seu território a capital federal do país, Brasília, além da sede do Governo do Distrito Federal. É, ainda, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e como Patrimônio Histórico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Segundo a cartilha Superquadra de Brasília – Preservando um lugar de viver (2015), elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), podemos identificar que o projeto inicial proposto pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa tinha o intuito de representar a cidade mais democrática do país e o centro da decisão política nacional. Seria, portanto, a partir de uma nova arquitetura que se construiria uma nova sociedade, “impulsionando sua sociedade para um futuro moderno – pós-colonial, democrático ou socialista” (Holston, 1993, p.10).

Como afirma Holston (1993, p.15), “Brasília foi construída para ser mais do que o simples símbolo dessa nova era. Seu projeto e sua construção tinham a intenção de criar essa nova era, transformando a sociedade brasileira”. Ao romper em seu projeto com a ideia tradicional de quarteirão, elaborando uma cidade-parque dividida em superquadras e unidades de vizinhança, Lúcio Costa trazia um conceito modernista e inovador para a nova capital. É fundamental entender que o “modelo de Lúcio Costa incorpora ideias modernistas fundamentais de autonomia e de comunidade na organização residencial” (Holston, 1993, p.80).

Uma superquadra individual é uma área de residência de aproximadamente 240 por 240 metros. Contém não menos que oito e não mais do que onze prédios de apartamentos onde moram de 2 mil a 3 mil pessoas. Essas superquadras estão divididas entre norte e sul do eixo viário que, juntamente com o eixo monumental, cruzam a região administrativa do Plano Piloto formando um sinal de cruz sobre a cidade ou, como também é vista, um avião. De um lado do eixo viário estão as superquadras nomeadas pelas centenas de cem (100) e trezentos (300), e do outro lado, espelhando o mesmo eixo viário, as centenas duzentas (200) e quatrocentas (400). São numeradas de 01 a 16, agrupadas em Superquadra Norte (SQN – Asa Norte) e Superquadra Sul (SQS – Asa Sul). Estas quatro centenas somam sessenta e quatro (64) superquadras que estão dispostas ao logo do eixo residencial do Plano Piloto. Já as quadras localizadas no Setor de Habitações Individual, paralelo as superquadras e ao eixo viário mencionado acima, estão numeradas pelas centenas setecentos (700) e somam trinta (30) quadras nas partes norte e sul da região.

A junção de quatro superquadras formaria uma Unidade de Vizinhança (UV), proposta inicialmente por Clarence Perry nos anos 1920 e posteriormente reiterada como um dos pontos de doutrina da Carta de Atenas de 1943² (Gorovitz, 2012). Deveria ser composta por comércios locais, uma igreja, um clube, um cinema, um posto de saúde, uma biblioteca, uma delegacia policial e os equipamentos educacionais que comportariam o Plano Educacional de Anísio Teixeira: o Jardim de infância, a Escola-Parque e a Escola-Classe. Levando em consideração as 64 superquadras apontadas anteriormente, haveria, portanto, dezesseis Unidades de Vizinhança.

Compostas por prédios multifamiliares sobre pilotis livres e integrados ao espaço urbano, a escala residencial das superquadras e unidades de vizinhança, retomada pelo arquiteto Lúcio Costa para a construção de Brasília, tinha o intuito de estimular os laços comunitários entre seus moradores, o que fortaleceria a própria democracia. Ainda que “vizinhança” seja um termo difícil de ser definido com precisão, é usado para delimitar uma área de contato face a face (Holston, 1993). Importante frisar, portanto, que o projeto de Brasília se aproxima da concepção sobre a importância do associativismo para a democracia encontrada em diversos autores ao longo da história do pensamento político (Putnam, 2002; Tocqueville, 2005 [1895]; Baquero, 2003). Para o superintendente do IPHAN-DF, Carlos Madson Reis (REIS, 2015), é neste ambiente da superquadra e das unidades de vizinhança que afloraria nos moradores desta região o sentimento de pertencimento a um lugar e a uma comunidade.

Interessante notar que as associações sempre tiveram papel fundamental na curta história de Brasília, mesmo em locais fora do Plano Piloto. São conhecidas as associações criadas em busca da legalização das residências, dissolvendo-se, em geral, após lograrem o feito, como no caso famoso da mudança da favela “Vila Sara Kubitschek” e a fundação da primeira cidade-satélite (hoje uma Região Administrativa) denominada Taguatinga. Essa efemeridade das associações com o objetivo específico da regularização fundiária fez com que Holston (1993, p.271) concluisse que “essas associações não se organizaram para conquistar direitos políticos, mas sim para obter acesso legal à propriedade e aos serviços urbanos”.

Todavia, no que refere ao Plano Piloto, as associações foram pensadas já na ideia original, cuja concepção remetia à democracia de base e participativa. Uma sociedade nova a partir de uma cidade nova. Em uma das mais importantes pesquisas já realizadas sobre a criação de Brasília, Holston (1993, p.178) afirma que, “as unidades residenciais deveriam dispor de estacionamento, bancas de jornal e pequenos edifícios administrativos (estes últimos nunca foram

2 A Carta de Atenas, aqui mencionada, trata-se do manifesto elaborado durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) finalizado na cidade de Atenas no ano de 1933. A cidade funcional foi o tema escolhido para o quarto congresso CIAM, e a “Carta” sintetiza o conteúdo do chamado Urbanismo Funcionalista.

construídos”. Além disso, “o plano sugere que cada entrequadra tenha um clube de vizinhança oferecendo aos habitantes da unidade (de 8 a 12 mil pessoas). [...]. O clube deveria funcionar como o centro social e cultural da vizinhança e também como seu órgão de representação”.

Mesmo 63 anos depois da fundação de Brasília, o ideal de estabelecer associações comunitárias baseadas na Unidade de Vizinhança não se desenvolveu. Esta divergência em relação ao plano original é apenas um exemplo de tantos outros que não ocorreram do modo sonhado por Lúcio Costa. De acordo com Peres (*apud* Carpinteiro, 1998; 2007) “tanto o nascimento quanto o desenvolvimento da cidade deram-se de maneira *sui generis* e foram ambos marcados por contradições: uma contradição central é a própria discrepância entre o projeto vencedor, de Lúcio Costa, e a cidade que se construiu a partir desse plano”. A autora complementa ao dizer que:

[...] Ademais, Brasília teve sua infância marcada pela Ditadura Militar, em termos políticos e sociais, e pelo milagre brasileiro, em termos econômicos e, embora tenha nascido como símbolo da integração, da unidade e da centralização do poder, rapidamente, tornou-se difusa e segregada; é fruto da industrialização, mas não desenvolveu seu setor industrial. Foi pensada para ser o símbolo de uma nova sociedade e de uma nova era, mas não logrou se blindar contra os grandes problemas urbanos e os jogos de classes, que afigem as grandes cidades e as metrópoles brasileiras; é expressão da representatividade política do país, mas não dá condições reais de representatividade a sua própria população (Peres, 2016, p. 101-102).

A frustração na construção desse comunitarismo engajado é um dos sinais que “representa a rejeição (e, consequentemente, o fracasso) do caráter coletivo da superquadra e da unidade de vizinhança” (Holston, 1993, p.196). A cidade mais democrática, menos desigual e fundada na superação da dicotomia público-privada, tornou-se aquela de maior desigualdade do país, notadamente revelada no abismo social entre o Plano Piloto e as demais regiões administrativas (IBGE, 2021). Segundo Holston (1993, p.200), “fundada em um paradoxo, a sociedade brasiliense desenvolveu-se a partir da interação entre seus elementos utópicos e distópicos”.

A UV nunca ganhou corpo como planejado, algo que ocorria um pouco mais com as superquadras e a fundação das prefeituras comunitárias, nosso objeto de análise. Sob esta denominação, estas associações têm como finalidade representar os interesses da sociedade civil local de uma superquadra. Segundo Sinot (*apud* Vasconcelos, 2013), essas prefeituras surgem como uma forma de cobrança comunitária ao poder público para a manutenção e conservação dos espaços das superquadras. As prefeituras comunitárias do Plano Piloto possuem caráter associativo-comunitário e são um meio de interlocução com o Governo do Distrito Federal na resolução dos problemas locais.

Em seu estudo sobre a patrimonialização da Unidade de Vizinhança n°1, Vasconcelos (2013) traz uma entrevista realizada com o prefeito comunitário da superquadra 308 Sul, que revela a relação institucional entre o Governo do Distrito Federal e as Prefeituras:

É como se fosse um zelador da quadra [...] Zelador porque a gente cuida. Nós temos os funcionários que cuidam dos jardins, com a limpeza dos jardins, das flores secas, dos pequenos galhos, da limpeza dos parquinhos [...]. A prefeitura faz a ponte com todos os órgãos públicos. Claro, qualquer morador e síndico pode fazer, mas a gente fortalece e cria um laço mais institucional porque a gente fala em nome de todos, então tudo que se refere da DPJ3, DETRAN, Secretaria de obras, CEB, limpeza da quadra é a prefeitura que toma a frente para pedir, reclamar (Vasconcelos, 2013, p. 41).

É por essa função de canal entre sociedade e Estado, com clara capacidade de influência na agenda política, que é possível enquadrar, a princípio, essas associações do Plano Piloto no que, atualmente, pesquisas em geografia política denominam como espaços políticos limitados.

As prefeituras comunitárias do Plano Piloto como espaço político limitado

Segundo a literatura sobre associativismo e democracia, as atribuições descritas anteriormente das prefeituras comunitárias fortaleceriam a democracia, pois proporcionam uma maior participação da população nas tomadas de decisões e uma progressiva influência na agenda política. Contesini (2012, p. 34), após uma discussão sociológica conceitual sobre a atuação das prefeituras comunitárias da região administrativa do Riacho Fundo (DF), elaborou um quadro com indicadores que teve como finalidade analisar a atuação destas prefeituras comunitárias:

O capital social deve ser observado na atuação das prefeituras (...) por suas características e pela própria atuação das prefeituras comunitárias – de mobilizar a comunidade para atingir seus objetivos (...). O associativismo e o comunitarismo são os conceitos que demonstram a disposição da população do Riacho Fundo II em se engajar em processos de atuação por meio de associações e de buscar o bem-estar de sua comunidade [...]. A democracia participativa, no contexto analisado, adquire o significado de quais arranjos e processos são desencadeados e construídos pelas prefeituras que resultam na ampliação da participação popular nos processos políticos locais [...]. O desenvolvimento local são todas as ações e atividades que resultam em melhoria das condições de vida da população local – nas dimensões política, social, cultural, econômica, de saúde e demais -, devendo-se observar como e com que êxito as prefeituras conseguem obter tais resultados (Contesini, 2012, p. 34).

Alexis Tocqueville foi um dos primeiros pensadores a enfatizar a importância do associativismo para o fortalecimento da democracia. Em *Democracia na América*, escrito em 1895, realizado com enfoque na sociedade norte-americana de seu tempo, o autor propõe o cultivo de pequenas liberdades e a descentralização político-administrativa, destacando o livre associativismo como forma de evitar uma “apatia política”.

Segundo o autor:

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência-mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso desta. Dentre as leis que regem as sociedades

humanas, há uma que parece mais precisa e mais clara do que todas as outras. Para que os homens permaneçam ou se tomem civilizados, é necessário que entre eles a arte de se associar se desenvolva e se aperfeioe na mesma proporção que a igualdade de condições cresce (Tocqueville, 2005 [1895], p. 136).

Inspirado principalmente pelas ideias tocquevillianas, Robert Putnam (2002) corrobora com esta visão ao afirmar que:

Em certas regiões da Itália existem muitas sociedades orfeônicas, clubes de futebol, clubes de ornitófilos e *Rotary Clubs*. A maioria dos cidadãos dessas regiões acompanha atentamente os assuntos comunitários nos jornais diários. Eles se envolvem nos negócios públicos, mas não devido à política personalista ou clientelista. Confiam em que todos procedam corretamente e obedeçam à lei. Nessas regiões, os líderes são razoavelmente honestos. Acreditam no governo popular e dispõem-se a entrar em acordo com seus adversários políticos. Tanto os cidadãos quanto os líderes entendem que a igualdade é congenial. As redes sociais e políticas se organizam horizontalmente e não hierarquicamente. A comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento, a cooperação e a honestidade. O governo funciona. Não admira que nessas regiões o povo esteja contente! (Putnam, 2002, p. 128).

Amplamente discutidos no âmbito das ciências sociais, os efeitos de colaboração e solidariedade gerados pela existência dessas associações proporcionariam uma maior participação social nas tomadas de decisão e representação em diferentes escalas de regimes democráticos (Putnam, 2002; Baquero, 2003; Tocqueville, 2005 [1895]), aprofundando e qualificando essa forma de governo. Assim, a existência da participação cívica é uma forma essencial de criação do que os autores denominam de “capital social”.

Segundo Putnam (2002, p.194), a criação de capital social é fundamental para fazer a democracia funcionar, neste sentido, “para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano”. Para ele, o capital social diz respeito às características da organização civil, como confiança, normas e sistemas de participação. Ainda segundo o autor, a “cooperação voluntária seria mais fácil em sociedades que tenham herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e formas de participação” (op. cit, p. 177). Nessa concepção de sociedade civil, as associações teriam um papel fundamental para o aprofundamento democrático.

Neste sentido, sociedades que não possuem uma forte comunidade cívica são, geralmente, dominadas por vínculos sociais verticais, isto é, vínculos de dependência e exploração, comandadas por atores sociais investidos de autoridade e que ocupam espaços de poder abertos pela fragilidade administrativa e judicial do Estado (Azevedo, 2021).

Importante destacar que diferentes críticas já foram realizadas contra uma certa defesa ingênuo do associativismo. É salutar o exemplo trazido por Kwon (2004) sobre como a vida associativa italiana fomentou e ajudou a estabelecer o fascismo na Itália. Por essa razão, Tilly

(2007) afirma que o associativismo somente favoreceria a democracia se estivesse baseado em práticas democráticas, como, por exemplo, eleições ordinárias com competitividade e alternância, além de transparência e *accountability*. Caso contrário, dependendo da estrutura da associação, é possível que favoreça a segmentação, o autoritarismo e, portanto, movimentos contrários ao ensejado. É nesse sentido que qualquer avaliação sobre associações precisa levar em consideração uma análise qualitativa, a partir de seus regramentos e funcionamento, não somente quantitativa.

Relacionar o nível de associativismo à qualidade democrática é partir do pressuposto que esse sistema político é muito além de eleições ordinárias periódicas. Apesar da evidente importância para o desenvolvimento democrático de elementos como o voto universal, as eleições livres e diretas e o império da lei, concordamos com Sacchet (2012, p.258) que “a democracia é entendida aqui como sendo também uma questão de grau de envolvimento e de participação social na vida política da nação”. Assim, para avaliar um processo de aprofundamento da democracia, deve-se levar em consideração “[a] inclusão progressiva de diferentes grupos sociais no processo de tomada de decisão política” (op. cit., p.258) através, por exemplo, de modelos participativos implementados em nível da sociedade civil.

Estudos recentes na geografia política relacionam o debate sobre associativismo ao conceito de espaço político. Segundo Castro (2018, p. 123), espaços políticos podem ser definidos como “um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo”. Ainda segundo a autora, os espaços políticos podem ser tipificados em abertos, fechados e limitados, tendo em vista a característica mais essencial da ação política de cada um. Nesta perspectiva, as Prefeituras Comunitárias da Região Administrativa do Plano Piloto podem ser enquadradas no que Castro denomina como “espaços políticos limitados”, pois, para esta autora:

[...] Os espaços políticos limitados correspondem aos muitos espaços de debates e representação de interesses específicos na sociedade, institucionalizados facultados por normas de participação em diferentes modelos de democracia como diferentes tipos de conselhos e de fóruns temáticos, associações de moradores. A qualificação de limitado remete mais à demarcação temática e decisória do que à escala dos seus efeitos. Ou seja, esses espaços podem ter resultados efetivos de suas ações em diferentes escalas, mas são restritos à agenda temática, como parte da sua atribuição (Castro, p. 123, 2018).

Assim, “quando se deseja saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar perceber se aumentou os espaços nos quais podem exercer este direito” (Bobbio, 2000, p.40). É importante ressaltar que, apesar de uma certa defesa contemporânea pela

“democracia virtual” (Magrani, 2014; Trechsel, 2012), essa pesquisa parte da ideia que os espaços políticos possuem, além de imaterialidade (valores democráticos que os constituem) e intencionalidade (busca afetar direta ou indiretamente a agenda política), uma também evidente materialidade, cujas características como tamanho, acessibilidade, publicidade, localização e posição, podem afetar diretamente seu funcionamento (Azevedo, 2021). É na copresença promovida pelo encontro dos diferentes no espaço político que a democracia é amplamente construída.

É nesse contexto que a pesquisa busca analisar os impactos do isolamento social na pandemia de Covid-19 no funcionamento desses espaços políticos limitados, tendo como estudo de caso as prefeituras comunitárias do Plano Piloto, no Distrito Federal.

Procedimentos metodológicos³

Com o objetivo de analisar o impacto do isolamento social no funcionamento das Prefeituras Comunitárias do Plano Piloto (DF), essa pesquisa utiliza do seguinte caminho metodológico: diante da falta de dados públicos na administração regional sobre as prefeituras, realizamos um levantamento de forma virtual junto ao site da Receita Federal em busca dos CNPJs ativos das prefeituras. Porém, para a confirmação desses dados in loco, foram efetuados trabalhos de campo em todas as superquadras que se localizavam na região delimitada desta pesquisa. Como consequência, tabulamos dados sobre as prefeituras ativas e inativas, distribuídas em sua ampla maioria nos Setores de Habitações Coletivas (superquadras 100, 200, 300 e 400) em contraste com o Setor de Habitações Individuais (700).

Após a construção desse panorama geral sobre as prefeituras, quatro foram selecionadas a fim de compreender os impactos da pandemia em seus funcionamentos. Para essa seleção, optou-se pela amostragem por variedade de tipos (amostragem por tipicidade), processo de seleção de amostra de sujeitos escolhidos segundo o interesse científico do pesquisador (VERGARA, 2010). A inclusão das prefeituras foi fixada em função das variáveis como grau de institucionalidade, espaço físico, temporalidade, além de outras, definidas em razão das especificidades do objeto de estudo.

A partir destes critérios, foram escolhidas as Prefeituras Comunitárias das Quadras 308 Sul, 409 Sul, 706 Sul e 215 Norte. A Prefeitura Comunitária da Quadra 308 Sul foi escolhida por

3 À época da realização desta pesquisa, no ano de 2021, ainda não havia uma exigência consolidada para submissão de projetos como este aos comitês de ética da Universidade de Brasília (UnB), especialmente no caso de estudos que envolviam observação participante e entrevistas com lideranças comunitárias em espaços públicos. Além disso, o próprio Comitê de Ética em Pesquisa da UnB encontrava-se em processo de estruturação e consolidação institucional, o que dificultava o encaminhamento e acompanhamento de protocolos. Por essa razão, a pesquisa não tem esse número, embora tenha respeitado integralmente os princípios da ética em pesquisa, como o consentimento livre e esclarecido, a preservação da identidade dos entrevistados e a não exposição de informações sensíveis.

ser considerada a "Quadra Modelo" da Região Administrativa do Plano Piloto, cujo espaço foi tombado pelo Governo do Distrito Federal para a proteção de seu conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico. Por possuir sede física, diferenciando-se das outras prefeituras, a Prefeitura Comunitária da Quadra 409 Sul foi também selecionada para o estudo de caso. Já a Prefeitura Comunitária da Superquadra 215 Norte foi escolhida por ter retomado o seu funcionamento durante o contexto pandêmico, após cinco anos sem atuação, além de ter organizado um relatório das atividades desenvolvidas nos últimos dois anos. Por fim, a escolha da Prefeitura Comunitária da Quadra 706 Sul foi feita para contemplar as quadras "700" que são, em geral, destinadas à moradia unifamiliar.

Para tanto, foram realizadas observações participantes em reuniões, sites e grupos de divulgação das ações realizadas por estas prefeituras, além de entrevistas e aplicações de questionários. Os questionários realizados foram direcionados aos prefeitos das quatro superquadras de forma estruturada de acordo com as características das prefeituras. Nas entrevistas buscamos compreender as particularidades destas prefeituras, bem como a atuação de seus representantes e moradores, durante o contexto pandêmico. Os dados obtidos foram organizados através dos softwares Excel, Arcgis e Atlas Ti.

Os impactos da pandemia sobre as Prefeituras de Superquadra no Plano Piloto (DF)

A existência de associações comunitárias no Plano Piloto era, como vimos, parte da utopia da construção de Brasília, que buscava na arquitetura modernista o modo de superar a dicotomia público-privado fomentando as relações face-a-face nos moradores em suas respectivas Unidades de Vizinhança (UV). Todavia, foi na superquadra, e não na UV, a base territorial de construção das prefeituras, as associações de moradores mais difundidas no Plano Piloto.

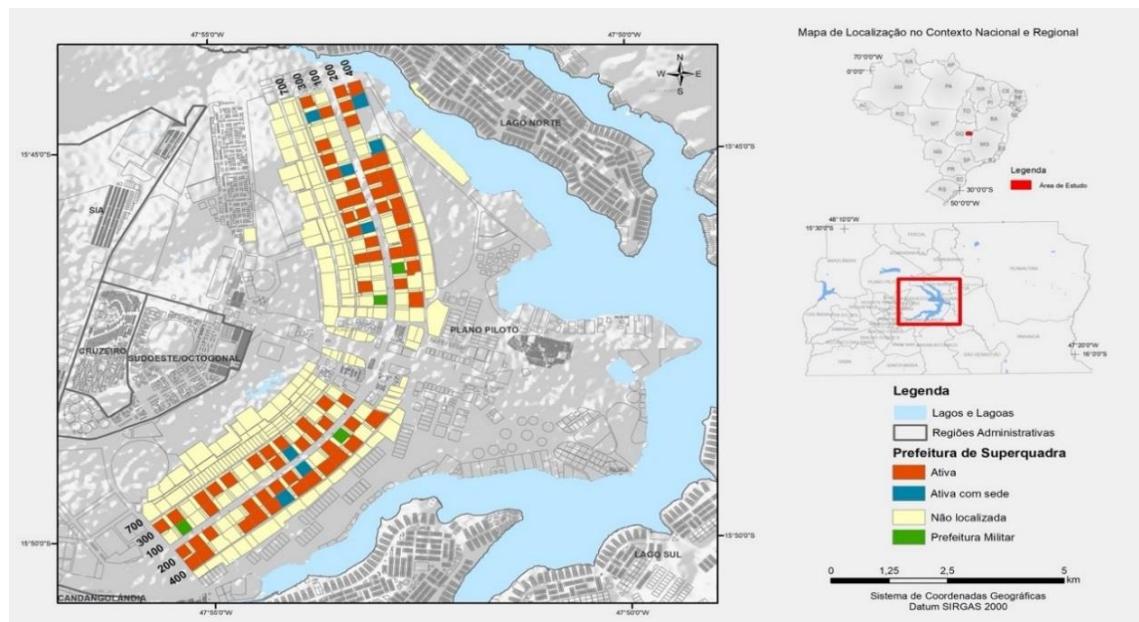
Interessante sublinhar a tentativa em 1997 de descentralização administrativa para as prefeituras comunitárias, como iniciativa legislativa da Câmara do Distrito Federal. Na proposta, considerada posteriormente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), as prefeituras teriam diversas novas atribuições e capacidade financeira, além de uma sede própria em cada superquadra. Com a negativa do STF, as prefeituras seguiram como uma organização de representação de moradores.

A partir da pesquisa realizada no site da Receita Federal, foi possível localizar 57 prefeituras com a situação cadastral do CNPJ "ativo", 24 prefeituras constavam como CNPJ "inapto" e outras 24 estavam com a situação de "baixada". O restante das quadras foi enquadrado como "não localizadas". Para comprovar e corrigir esses dados, realizamos um trabalho de campo

em todas as superquadras que constavam na base com o CNPJ inapto ou baixado, mas também naquelas que não encontramos informações na Receita Federal. Durante o trabalho de campo constatou-se a presença de 82 prefeituras em funcionamento nas 160 quadras analisadas. Destas, apenas oito possuem sede física localizada em sua respectiva superquadra; as demais não possuem local fixo de reunião e funcionamento ordinário, estando vinculadas ao espaço privado do líder comunitário do momento e em locais itinerantes.

Nesse sentido, essas associações de moradores já careciam de materialidade antes mesmo da pandemia, já que seu funcionamento não dependia de uma sede. Baseado na discussão teórica anterior, é possível dizer, portanto, que apenas oito prefeituras poderiam ser encaixadas, a princípio, como espaços políticos limitados plenos, já que a materialidade é um de seus atributos constituintes. No Mapa 1, identificamos as superquadras que possuem prefeituras comunitárias em funcionamento⁴.

Mapa 01: Prefeituras de superquadras no Plano Piloto (DF)



Fonte: Os autores (2022).

O Mapa 01 revela uma relativa difusão espacial desse associativismo pelo Plano Piloto, seja na Asa Norte, seja na Asa Sul, não havendo uma clara diferença entre esses dois bairros⁵. Porém, é interessante notar que nas superquadras 400, apenas cinco não possuem a prefeitura; número relativamente bem menor que nas 100, 200 e 300. É conhecido como é distinta a população das superquadras 400, já que são famílias de classe média que ocupam edifícios de,

4 Cabe-se ressaltar que as prefeituras militares observadas durante este trabalho são administradas por órgãos militares e que não se caracterizam como associações da comunidade civil.

5 Como a divisão político-administrativa do Distrito Federal é completamente diferente daquela dos municípios e estados brasileiros, denominações conhecidas como “bairros” e “cidades” perdem o seu sentido preciso no contexto da capital. Todavia, para compreensão geral, lidaremos com a Asa Norte e a Asa Sul como “bairros” de Brasília.

no máximo, quatro andares (nas outras o gabarito é de seis andares), em geral, sem elevador e sem garagem. Isso revela que, apesar de uma certa homogeneidade social no Plano Piloto⁶, há uma diferença nítida interna de apropriação desse recurso participativo, algo que precisa ser analisado com mais atenção em pesquisas futuras.

Além disso, o Mapa 01 revela que são as superquadras destinadas a habitações coletivas (100, 200, 300 e 400) e que integram o ideal proposto por Lúcio Costa em seu projeto para a nova capital, aquelas com maior quantidade de prefeituras, enquanto as quadras direcionadas às habitações individuais (700) representam um índice bastante inferior deste tipo de associativismo.

Foi possível perceber uma maior participação social nas tomadas de decisão política nas superquadras que possuem prefeituras, a exemplo das reuniões com os poderes Legislativo e Executivo (divulgadas em meios de comunicação oficiais e outros sites), emendas parlamentares direcionadas a quadras específicas, entre outras ações. Esse canal entre moradores e poder público ficou evidente também a partir de observação participante na assembleia virtual ordinária da prefeitura da 215 Norte, além de sua grande importância na zeladoria dos espaços públicos e eventos de convivência.

Em 15 de julho de 2020, a assembleia geral foi composta por toda a equipe – a prefeita e seus nove secretários – e onze moradores da superquadra 215 Norte. No dia, a prefeitura da 215 Norte afirmou que diferentes ações realizadas buscaram a articulação com o Governo do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Como consequência, a superquadra recebeu quase R\$1.000.000,00 de emenda no orçamento de uma deputada distrital para completar a reforma da iluminação pública. Além disso, a partir de reclamações dos moradores, foram feitos 25 requerimentos na Administração Regional do Plano Piloto e 15 na Ouvidoria do Distrito Federal.

Um dos pontos de pauta dizia respeito à divulgação pública das contas da gestão, que ficariam disponíveis posteriormente na página virtual da associação. Balancetes, extratos bancários e comprovantes de despesas foram apresentados e aprovados na ata. Essa prefeitura conta com uma receita mensal de R\$5.500, já que cada edifício da quadra (chamado de “bloco”) colabora com R\$500,00. Com esse recurso, é possível pagar R\$1850,00/mês para serviço de jardinagem, além de R\$500,00 para contabilidade.

Durante toda a assembleia, imagens de antes e depois foram apresentadas para comprovar a atuação da associação em melhorias no cotidiano de seus moradores. O mobiliário

6 O rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente no Brasil foi de R\$ 1.380. O Distrito Federal ocupou a liderança no país com R\$ 2.475, renda aproximadamente 80% superior à renda nacional e 36% superior ao segundo colocado no ranking, o estado de São Paulo, com renda de R\$ 1.814. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) por meio da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 dividiu as 31 regiões administrativas do DF em quatro grupos de renda e colocou o Plano Piloto no Grupo 1 (alta renda) com renda domiciliar média de R\$ 15.635.

urbano, desde o parque infantil, aos bancos e escadas espalhados na superquadra, foi completamente restaurado. Além disso, eventos foram realizados para convívio dos moradores, como Festa Junina e concertos de jazz. A gestão coletiva da superquadra fundou, ainda, um comitê de segurança comunitária, contando com a presença de síndicos, porteiros e moradores, contando com um contato direto com a Polícia Militar.

A pesquisa de campo demonstrou que a prefeitura da superquadra 215 Norte foi, talvez, o melhor exemplo da importância da retomada das atividades durante o contexto pandêmico. A prefeitura, que também esteve desativada durante os últimos cinco anos, conseguiu engajar boa parte dos blocos e moradores durante a retomada de suas atividades, inclusive na contribuição financeira mensal. Nesse sentido, a pandemia impactou positivamente o associativismo.

Em entrevista, foi possível perceber que o aumento da permanência dos moradores nas superquadras devido às medidas de contenção da mobilidade, juntamente com as dificuldades enfrentadas durante o contexto pandêmico, proporcionou um crescimento do senso de coletividade, bem como a maior utilização dos espaços da própria superquadra, chamando a atenção para possíveis reparações e consertos necessários. Mesmo com o fim da medida de confinamento, outras permaneceram em vigor, como aquelas que proibiram aglomerações, o atendimento presencial em bares e restaurantes, além da proibição de eventos. Portanto, acreditamos que o maior tempo para olhar as condições da sua própria superquadra promovido pelo isolamento social conferiu maior visibilidade ao associativismo comunitário.

Essa consequência vista na 215 Norte parece ter sido a regra no que se refere às outras prefeituras das superquadras. Na análise dos dados fornecidos pela Receita Federal e nos trabalhos de campo, observamos que 31 prefeituras tiveram sua situação cadastral regularizada, duas novas prefeituras foram criadas e apenas três se tornaram inativas.

Neste contexto, foi elaborado por alguns representantes, juntamente com a administração regional e outros atores sociais, um manual para a ativação ou reativação deste tipo de associativismo⁷. Observamos também, durante este período, um aumento da utilização de aplicativos de relacionamento virtual, utilizados como forma de divulgar as ações e demandas das respectivas prefeituras de cada superquadra. Além disso, no ano de 2021, a partir da criação do projeto Nossa Quadra, de autoria do Deputado Distrital Delmasso (Republicanos), foram oferecidos cursos de capacitação direcionados aos prefeitos comunitários, sendo também regulamentada a participação das organizações da sociedade civil no apoio a manutenção dos espaços públicos no Distrito Federal, através da sanção da lei nº 6915 de 2021.

7 <https://jeanndacunha.com.br/manual-prefeitura-comunitaria>

O caso da prefeitura da superquadra 308 Sul demonstra a importância desse associativismo em uma superquadra tombada e que pertence a uma Unidade de Vizinhança também preservada. Nesse caso, a sua função de zeladoria é ainda maior, conforme descrito no diálogo abaixo:

Em setembro de 2020, a Prefeitura 308 dirigiu requerimento à Administração Regional do Plano Piloto, a fim de conhecer a real perspectiva de que as calçadas da SQS 308 fossem recuperadas por meio de obra pública(...) de acordo com critérios de prioridade por ela anunciados, obras de recuperação de calçadas seriam realizadas em várias quadras das Asas Sul e Norte. Em resposta à nossa solicitação, por meio da Carta 151/2020, de 18/09/2020, a Administradora Regional informou que a situação das calçadas da SQS 308, por tratar-se de “restauração” de bem protegido por tombamento, sequer constava do processo administrativo das demais quadras, o qual se restringia a hipóteses de recuperação/reforma de calçadas.⁸

Em entrevista com o prefeito desta quadra foi relatada a existência de uma disputa política/jurídica pela direção da prefeitura. De acordo com o atual prefeito, até o ano de 2007 a prefeitura era dirigida por um conselho de síndicos, o que, segundo ele, não seria uma representação democrática dos moradores. Cabe ressaltar que atualmente a prefeitura é composta por associados, moradores e síndicos, aspecto que diferencia esta gestão de outras similares, já que em grande maioria, os moradores não precisam se associar à prefeitura para possuir direito à representação, sendo nestes casos, necessário apenas a comprovação de moradia na quadra. Este fato para o prefeito entrevistado também enfraqueceria a representação democrática dos eleitos.

Já em relação ao contexto pandêmico, o entrevistado relatou que não houve grandes complicações para o desempenho das atividades relacionadas à prefeitura, e que o maior impacto estaria relacionado à participação e à representatividade dos associados. Interessante notar que o prefeito não associa, portanto, o desempenho à participação dos moradores. Sobre ter um espaço físico para a prefeitura, destacou que no momento não via como uma necessidade, uma vez que, os moradores se encontravam neste período de forma virtual, e no período anterior a pandemia eram utilizados os espaços coletivos da superquadra para a realização das reuniões e assembleias. Ainda assim, a prefeitura está tentando transformar o prédio dos papiloscopistas, localizado nessa quadra, como sua sede, porém esta ação ainda está em processo de licitação. Além disso, foi possível notar durante o trabalho de campo realizado nesta quadra que a prefeitura também busca conferir maior visibilidade a suas atividades através de placas e faixas dispostas pela quadra, e que levam o nome da prefeitura e informam sobre algumas atividades realizadas.

⁸<http://www.prefeitura308sul.org.br/files/308-recuperacao-de-calçadas-reffinal-ate-23072023.pdf>

Figura 1: Fotografias da quadra 308 Sul



Fonte: Os autores (2021).

Já no caso da prefeitura da quadra 706 Sul, foi possível perceber uma maior compatibilidade de interesses entre os moradores destas quadras e suas respectivas prefeituras, conforme mencionado pelo prefeito desta quadra. O fato destas quadras serem destinadas à moradia unifamiliar teria auxiliado o desempenho da prefeitura, pois mantém o número de moradores desta comunidade estável, o que gera também um sentimento de confiança mútua. Acreditamos ainda que estes fatos tenham colaborado para que estas superquadras criassem durante o período pandêmico analisado uma associação que abrange todas as superquadras “700” sul, a AMO 700 Sul. Segundo as propostas de trabalho desta associação, conforme divulgado no site oficial desta entidade, um de seus princípios consiste em: “ser uma opção de representação das prefeituras e moradores do HIGS, junto aos órgãos públicos, na busca de solução das necessidades de melhorias sugeridas e demandadas por estes”⁹.

Durante a pesquisa de campo, foi possível observar, também, o interesse de retomada ou criação de novas prefeituras neste setor. Contudo, o prefeito da quadra analisada relatou em entrevista que a atuação comunitária haveria diminuído durante o contexto pandêmico, uma vez que as atividades de integração com a comunidade foram afetadas pelas medidas de contenção social, e que houve dificuldades para a transferência das atividades (reuniões e assembleias) para o formato virtual. Além disso, relatou que as demandas encaminhadas pela prefeitura aos órgãos governamentais foram atendidas parcialmente durante o contexto analisado. Porém, mesmo com essas dificuldades, o prefeito considera como “bom” o desempenho da prefeitura durante a pandemia. Já quando questionado sobre a “necessidade de haver ou não uma sede física para a atuação da prefeitura” o prefeito relatou que, “algumas casas possuem amplo espaço para as

9 <http://www.amo700sul.org/>

reuniões/assembleias [...]. Mas, se um dia adotarmos a linha de, por exemplo, comprar equipamentos de lazer ou de jardinagem, uma sede seria útil para guardar esse material”¹⁰.

Figura 2: Fotografia Da Sede Física da Prefeitura Comunitária da SQS 409



Fonte: Os autores (2021).

Sobre a prefeitura da superquadra 409 Sul destaca-se a importância da sede física, que vem sendo utilizada para a realização de uma feira semanal que agrupa diferentes setores comerciais e funciona como local de encontro entre os moradores. Segundo a prefeita, a existência de um espaço físico confere maior visibilidade à prefeitura, já que também esteve desativada durante os últimos 5 anos, adquirindo certa descredibilidade com os moradores devido ao abandono por parte da gestão anterior. A existência da sede funcionava como uma lembrança constante na necessidade de sua ativação. Todavia, atualmente, a prefeitura tem conseguido mobilizar a sua comunidade através de eventos que buscam, além de revitalizar a sede da prefeitura, conscientizar os moradores sobre a importância do associativismo e da participação comunitária na sua atuação.

Com relação à pandemia, quando questionada se a atividade de sua comunidade haveria diminuído, a prefeita afirmou que sim, uma vez que as atividades presenciais foram suspensas. O encontro entre os moradores nas reuniões e nos diferentes eventos foi cancelado, afetando diretamente o funcionamento da prefeitura.

Trazer o exemplo da 409 Sul nos faz refletir sobre a importância da materialidade para a fundação e o funcionamento do espaço político. Apesar da experiência virtuosa da prefeitura da superquadra 215 Norte utilizando canais virtuais para ativar a associação e realizar reuniões

10 Entrevista com José Daldegan concedida no dia 20/02/2021.

ordinárias, o caso da 409 nos revela como a existência de um espaço físico pode promover o associativismo comunitário, a partir de sua publicidade, local de encontro constante e balcão de reclamações, fortalecendo, assim, as principais funções da prefeitura. Sublinha-se que todos(as) os(as) prefeitos(as) buscam estratégias de visibilização da associação, que poderiam também ser alcançada com a existência da sede física. Nota-se que a importância de sede foi apontada até mesmo na lei posteriormente considerada inconstitucional pelo STF, como já revelada anteriormente. Interessante notar também que as prefeituras exerceram o papel que o clube da Unidade de Vizinhança tinha no plano original de Brasília. Como já citado na seção 1, “o clube deveria funcionar como o centro social e cultural da vizinhança e também como seu órgão de representação” (Holston, 1993, p.178). Porém, como vimos, o desejo inserido na utopia de Brasília em ter uma sede própria para representação comunitária segue sem ser alcançado.

De acordo com as entrevistas realizadas e a partir da observação participante, pôde-se concluir que a pandemia afetou diretamente o funcionamento das prefeituras comunitárias revelando aspectos positivos e negativos neste contexto. Dentre os aspectos negativos, alguns entrevistados relatam a dificuldade de participação de suas comunidades nas reuniões que se tornaram virtuais devido ao contexto pandêmico, além da paralisação de algumas atividades presenciais que fortaleciam os laços comunitários locais. Por outro lado, a maior presença dos moradores em suas respectivas superquadras, forçada pela ordem do isolamento social e diminuição de circulação, parece ter fomentado uma maior preocupação com a qualidade do seu ambiente, gerando a ativação de prefeituras antes abandonadas e até mesmo a criação de novas.

Por último, é importante refletir sobre como a pesquisa empírica lança desafios para a discussão conceitual dos espaços políticos limitados. Apesar de todos necessitarem de espaços para encontros entre os diferentes em reuniões ordinárias, a sua grande maioria não possui uma sede fixa, mas sim efêmera e itinerante. Isso revela, talvez, que a dinâmica espacial desse tipo de instituição política tem um funcionamento distinto dos outros e que estratégias diferenciadas podem ser pensadas para seu aprofundamento democrático.

Considerações Finais

A partir de nossa premissa central de que a materialidade (espaço físico) é um elemento essencial para ação e construção política, e de que o espaço político é aquele materialmente construído que serve como intermediação e condiciona as relações entre Estado e sociedade, buscamos analisar o impacto causado pela pandemia de Covid-19 na atuação e representação destes espaços políticos limitados.

Além de dialogar diretamente com o conceito geográfico de espaço político, a pesquisa mobiliza instrumental metodológico típico da Geografia, como o mapeamento das prefeituras ativas e inativas, o trabalho de campo sistemático em territórios específicos e a análise da materialidade urbana. Ao tratar das superquadras e unidades de vizinhança como unidades territoriais de organização social, a investigação contribui para a compreensão das formas de apropriação do espaço urbano e das dinâmicas espaciais da participação política. Dessa forma, o estudo reforça o papel da Geografia Política em analisar os vínculos entre território, poder e sociedade, especialmente em contextos de crise como a pandemia de Covid-19.

A pesquisa empírica levanta questões importantes para futuras pesquisas e reflexões teórico-conceituais, visto que a suspensão da materialidade do espaço político aberto (na prefeitura analisada que possui sede) afetou diretamente seu funcionamento, porém houve também efeito de crescimento do associativismo naquelas que estavam desativadas e não possuíam sede. Estudos de longo prazo precisarão ser feitos para analisar as consequências no funcionamento dos espaços políticos limitados que possuem sede fixa e naqueles que utilizam temporariamente espaços para encontros e reuniões. Baseado na discussão teórica, acreditamos que a importância da materialidade fixa destes espaços não deva ser diminuída, mas deve ajudar a promover maior visibilidade e, consequentemente, incentivo de participação, a fim de promover a inclusão da sociedade civil nas tomadas de decisão e formas representação.

O projeto utópico de Brasília passava pela formação de uma sociedade com alto grau de associativismo e participação política local, condicionada por uma sede fixa de encontro. Esse projeto, como tantos outros, foi deixado de lado no mundo real, construindo uma cidade que se afasta em muitos sentidos do que se foi desejado. Talvez seja possível que, em alguma medida, alguns planos ainda sejam executados. Cabe, por outro lado, pesquisas que revelem ainda mais a importância de estratégias que agreguem materialidades fixas e efêmeras na prática da democracia cotidiana.

Referências

- ARENKT, H. *O que é política*. 6Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006.
- AZEFEDO, D. A. *A democracia e o desenvolvimento local: as prefeituras comunitárias do Plano Piloto - Distrito Federal*. Texto para discussão IPE-DF, v. 1, p. 1-51, 2024.
- AZEVEDO, D. A. de; BRULE, D. M. *Is cyberspace the new democracy's panace?* Mercator, Fortaleza, v. 20, p.1-20, 2021.
- AZEVEDO, D. A. *Espaços políticos em suspensão: impacto da pandemia de COVID-19 na democracia do Distrito Federal*. Geographia, v. 25, p. 1-21, 2023.
- AZEVEDO, D. A.; HERNÁNDEZ L. D. E. *Geografía de la democracia: espacio político abierto en conflicto en la elección presidencial de 2018 em Mexico*. GEOgraphia, v 22, p.12-35, 2020.

- BAQUERO, M. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. Rev. Sociol. Política Nov, n.21, p.83-108, 2003.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, I. E. *Espaço político*. Geographia, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 120-123, 2018.
- CASTRO, I. E. *Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania*. Geosul, v.18, n.36, p.30-45, 2003.
- CONTESIN, P. *Prefeituras comunitárias do Riacho Fundo II: Limites, contradições e perspectivas da participação popular na busca pelo desenvolvimento local e fortalecimento da sociedade civil*. UNB, Monografia. Brasília, 2012.
- CUNHA J. Manual das Prefeituras Comunitárias. Disponível em: (<https://jeanndacunha.com.br/manual-prefeitura-comunitaria>) Acesso em 2 de Novembro 2021.
- GOROVITZ, M. *Brasília – sobre as áreas de vizinhança*. In A. Xavier, & J. Katinsky (Orgs.), *Brasília - antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify. 2012, p. 254-266.
- HOLSTON, J. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartilha, “*Superquadra de Brasília, preservando um lugar de viver*”, 2015.
- KWON, H. *Associations, civic norms, and democracy: revisiting the Italian case*. Theory and Society, vol.33, n.2, p.135-166, 2004.
- LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, de 8 de junho de 1993. Cap.: II, Art.: 10. Disponível em: (http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66634/Lei_Org_nica_08_06_1993.html) Acesso em: 10/06/2021.
- MAGRANI, E. *Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático*. Curitiba: Juruá, 2014.
- PERES, J. *Patrimonialização e desenvolvimento: conexões e contradições em Brasília*. UNB, Dissertação. Brasília, 2016.
- PREFEITURA COMUNITÁRIA DA QUADRA 308 SUL. *Relatório divulgado contendo o diálogo com a Administração Regional do Plano Piloto para a recuperação das calçadas*. Disponível em: (<http://www.prefeitura308sul.org.br/files/308-recuperacao-de-calcadas-reffinal-ate-23072023.pdf>) Acesso em: 2/11/ 2021.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna*, 5ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- ROCHA, V. Y. G.; AZEVEDO, D. A. *Conflitos no pacto federativo e a disseminação do COVID-19 pelo interior dos estados*. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 48, p. 12-32, 2022.
- RODRIGUES, J. N.; AZEVEDO, D. A. *Pandemia do coronavírus e (des)coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial*. Espaço e Economia, v. IX, p. 1-11, 2020.
- SACCHET, T. *Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas*. Estudos Feministas, Florianópolis, 20, p.245-256, 2012.
- SILVA, M. A. S.; PAULINO, J.; RIBEIRO, T. L.; AZEVEDO, D. A. *Democracia e Espaço Político Exclusivo: o Caso do Município de Cavalcante (GO) na Pandemia da COVID-19*. Espaço Aberto, v. 12, p. 331-353, 2022.
- TILLY, C. *Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. 2ed. São Paulo: Martins Fonte, 2005 [1895].
- TRECHSEL, A. V. et al. *Evaluation of the use of new Technologies in order to facilitate democracy in Europe*. In: FARIA C. F. *O Parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o legislativo na elaboração das leis?* Brasília: Câmara, 2012. p. 96.
- VASCONCELOS, L. F. *Patrimonialização na Unidade de Vizinhança nº 1*. UNB, Monografia. Brasília, 2013.
- VERGARA S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 12ed. São Paulo: Atlas, 2010.